

A constituição de um território na fronteira agrícola:

o caso de Porecatu-PR

Adriano de Almeida Forigoⁱ
Mestre em Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade
Universidade Federal Rural de
Rio de Janeiro (UFRRJ/DDAS-
CPDA)

Resumo

O presente artigo se debruça sobre a formação – de maneira geral – de um território e, especificamente, de um município contido neste: Porecatu-PR. Tal processo se dá no bojo da expansão da fronteira agrícola cafeeira paulista em sua última onda, que aconteceu e se espacializou no norte do Estado do Paraná, tendo seu período de maior intensidade entre as décadas de 1910 e 1970. Movimentase por alguns aspectos sociais, econômicos, simbólicos e ambientais desse processo. Para tanto, lança-se mão – como quadro analítico central – dos estudos de José de Souza Martins (2016) acerca da noção de fronteira e de conceitos como poder local e mandonismo. Em diálogo com esta perspectiva, são analisadas narrativas de trabalhadoras e trabalhadores que viveram neste (e este) território, desde sua constituição no tempo da fronteira até o tempo presente.

Palavras-chave: Porecatu-PR; fronteira agrícola; poder local; narrativa; município

THE CONSTITUTION OF A TERRITORY ON THE AGRICULTURAL FRONTIER: THE CASE OF PORECATU-PR

Abstract

This article focuses on the formation – in general – of a territory and, specifically, of a municipality contained in it: Porecatu-PR. This process takes place in the midst of the expansion of the São Paulo coffee agricultural frontier in its last wave, which happened and spread out in the north of the State of Paraná, having its period of greatest intensity between the decades of 1910 and 1970. The social, economic, symbolic and environmental aspects of these processes are analyzed. It uses – as a central analytical framework – the studies of José de Souza Martins (2016) on the notion of frontier and concepts such as local power and mandonism. In dialogue with this perspective, narratives of male and female workers who lived in this (and this) territory are analyzed, from its constitution in the time of the frontier to the present.

Keywords: Porecatu-PR; agricultural frontier; local po-

ⁱ *Endereço institucional:*

Av. Presidente Vargas, n. 417 – 6º
a 10º andares. Centro. Rio de
Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20071-
003

Endereço eletrônico:

adrianoforigo@gmail.com

wer; narrative; municipality

Porecatu se notabilizou nacionalmente devido à ocorrência de um conflito agrário de grandes proporções (no contexto regional) e implicações, entre os anos de 1948 e 1951. Embora já ocorressem diversos embates antes desse período, é nele que o conflito adquire contornos de uma guerrilha, lavada a cabo por agricultores posseiros e membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de um lado, e grileiros, grandes fazendeiros, jagunços, tropas da Polícia Militar do Paraná e agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), do outro. Há um corpo de literatura acadêmica e jornalística¹ significativo sobre os episódios históricos que ficaram conhecidos com o nome de guerra, levante ou revolta de Porecatu.

Após o seu fim, o conflito tem como consequência o fechamento da fronteira agrícola na região, sob domínio dos grandes fazendeiros e grileiros, encabeçados pela família de grandes cafeicultores paulistas: os Lunardelli, cujo patriarca era Ricardo Lunardelli. Na década de 1940 a família funda a Usina Central do Paraná² (UCP), principal representação e referência do poder e dominação econômica e política no território ao qual pertence Porecatu.

Nas seções que estruturam esse texto, faz-se, inicialmente, uma revisão e discussão acerca da noção de fronteira, em diálogo com o sociólogo José de Souza Martins. A partir daí, caracteriza-se o processo de colonização do Norte Paranaense, a partir dessa chave de leitura. Em seguida contextualiza-se o caso de Porecatu - contribuindo para a análise das especificidades do território no passado e hoje. Isto permite vislumbrar a dimensão simbólica dos processos de fronteira, imprimida na própria produção das narrativas científicas e historiográficas. Para tal, analisam-se trechos de entrevistas³ que possibilitam captar dimensões deste processo (o da fronteira), nas memórias de pessoas que foram trabalhadoras e trabalhadores nela.

¹ Ver Priori (2011); Ferreira (1984); Forigo (2017); Silva (1996); Felismino (1985); Oikawa (2011).

² No período de sua abertura e durante anos, a UCP foi uma gigante do ramo sucroalcooleiro. Hoje, esta se encontra com suas atividades paralisadas, estruturas completamente defasadas e acumula centenas de pendências judiciais.

³ A identidade de todos os entrevistados e entrevistadas é preservada.

Esse panorama itinerário permite articular, posteriormente, uma análise da constituição das relações de poder no território e no município de Porecatu explicativa das formas de apropriação de seus espaços e ambientes. Processo, este, sempre marcado pela conflitividade.

Fronteiras: frente de expansão, frente pioneira e ideologias subjacentes

Martins (2016, p. 12-13) critica o favorecimento epistemológico da ideologia do pioneiro presente em algumas linhas de estudo sobre as fronteiras econômicas e civilizacionais no Brasil. Conforme o autor (2016), os estudos dirigidos à fronteira, seja na geografia, história, sociologia ou na antropologia, em outros países e com mais ênfase no Brasil, possuem suas limitações enraizadas no fato de, por vezes, não superarem, de fato, a reprodução da ideologia dominante do pioneirismo. Seja pela eleição da figura mesma do pioneiro e suas práticas como objeto dos estudos, seja pela fetichização da própria concepção de fronteira, compreendendo-a de maneira estanque como contexto em que está a “*ponta da história*”, com sua “*dimensão modernizadora e transformadora da sociedade*” (MARTINS, 2016, p. 12).

Preocupado em evidenciar e explorar o caráter singular da realidade de fronteira, o autor realiza uma revisão das noções de *frente pioneira* e de *frente de expansão*. Martins (2016) localiza a primeira como tendo sido introduzida pela geografia. Os pesquisadores e pesquisadoras estavam preocupados com as grandes modificações nas paisagens dos territórios, causadas pela expansão da economia nacional propriamente capitalista. O elemento de referência dos pesquisadores era o pioneiro empreendedor e a ideologia inerente a este estava traduzida no fazer científico da geografia. Continuando com Martins (2016), a noção de frente de expansão, diferente da de frente pioneira, foi uma formulação oriunda da antropologia. Era compreendida como “fronteiras da civilização” com as sociedades nativas, onde se expandiam frentes de deslocamento da “população civilizada” e das atividades de algum modo – e em geral frouxamente – reguladas pelo mercado.

Noções diferentes, porque expressam perspectivas diferenciadas. A do antropólogo tem como referência as populações indígenas e, de acordo com Martins,

...esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças, como garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado (2016, p. 135).

Ou seja, tal noção coloca agentes possivelmente antagônicos na própria lógica interna da expansão da sociedade não indígena. Agentes que, apesar de incluídos na categoria ‘não indígena’, contrastam quanto à forma de ocupação, uso e significação dos territórios em que adentram.

No que tange o empreendimento sociológico do autor acerca do contexto de fronteira, este aponta que “não há, à primeira vista, nessas concepções de frente de expansão e frente pioneira, a intenção de supor uma realidade específica e substantiva” (MARTINS, 2016, p.135). São mais uma maneira de denominar e reconhecer que se está diante de distintos modos de avanço territorial dos “civilizados”.

No entanto, os conteúdos subjacentes às duas noções – como, no caso de frente pioneira, “a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais” (MARTINS, 2016, p.135) – sugerem seu caráter substantivo e singular que não foram analisados e nomeados pelos que historicamente as empregaram. No último vintênio, estes conteúdos – os relativos à frente de expansão - passaram a ser explorados por investigações de pesquisadores realizadas na Amazônia e, a noção oriunda da antropologia e que definia a fronteira da civilização, passou a adquirir conotações cada vez mais econômicas. Passou a designar, por exemplo, o avanço do estado nacional ou do modo de produção capitalista, ao passo que a ideia de frente pioneira tem seu uso diminuído à medida que é englobada pela de frente de expansão (MARTINS, 2016).

A diferença inicial entre as duas noções da situação de fronteira reflete a própria pluralidade conflitiva de lugares sociais suscitada por esta, onde os pesquisadores dirigiram seu olhar, pela medição da pesquisa científica, com base em sua inserção social na situação de fronteira estudada (MARTINS, 2016).

Agora, adentrando os desenvolvimentos propriamente ditos acerca das noções aqui trabalhadas, Martins (2016) assinala o descompasso entre a expansão demográfica e a expansão econômica na sociedade brasileira, onde o povoamento começa a acontecer antes da ocupação econômica do território. Conforme o autor:

entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação por agentes da “civilização” que não são ainda agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas (MARTINS, 2016, p. 138).

Ao passo que Martins (2016) reconstitui e explica esta contradição na maneira de se compreender a realidade da fronteira, Tommasino (1995) a aponta na tradição historiográfica e também em trabalhos de geógrafas e geógrafos dedicados ao Paraná. Alguns desses autores são utilizados no próximo tópico – Bernardes (1953); Müller (1956); Westphalen (1968) – com o propósito de aproveitar diversas informações e a densidade descritiva contida nestes, embora se tenha em mente suas limitações epistêmicas. Também é um propósito, justamente, expô-las, ao passo que é trazida uma análise e narrativas diversas para a região norte do Estado do Paraná.

A frente cafeeira paulista no Norte Paranaense

Müller (1956) propõe que o Norte do Paraná começa a ser colonizado e povoado a partir do século XVII – embora, aqui, se destaque que esta análise se dá a partir da ótica da sociedade colonial que se forma após a conquista ibérica da América do Sul (ora, a região já era povoada por povos ameríndios há milhares de anos).

No século XVIII, o Norte paranaense não foi alvo das correntes de colonização massivas, mas foi gradualmente repovoado por seus povos originários. No século XIX foi retomada sua colonização, ainda que incipiente. São fundados os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra e a Colônia Militar de Jataí, em 1855, na margem direita do rio Tibagi, com o intuito de proteger essa grande área do ditador paraguaio Solano Lopez. Estes povoados se mantiveram isolados e estagnados até o início da colonização, no século XX (MÜLLER, 1956).

Sobre a presença dos indígenas no norte paranaense, Tommasino comenta que no início do século XX,

dado o quadro de abandono, podemos deduzir que os Kaingáng retornaram para as florestas principalmente para a região de serras entre os rios Tibagi e Cinzas. Denúncias de chacina dos Kaingáng do rio das Cinzas apareceram na imprensa entre 1911 e 1913. Baldus se refere à chacina de índios Kaingáng na Serra da Pitanga em 1923 (Baldus, 1947, p.76). No final dos anos 20 e início dos 30, os últimos Kaingáng livres foram pacificados pelo SPI e pela equipe da Companhia de Terras Norte do Paraná-CTNP (1995, p.128).

Este já é o período da frente de expansão econômica balizada pela cafeicultura paulista. Em relação ao genocídio dos indígenas, é marcante a presença dos ditos *bugreiros*. Tommasino (1995) comenta diversos episódios em que eram empregados estes profissionais cujo ofício era aniquilar grupos inteiros de indígenas. A ação deles é lembrada por pessoas que vivenciaram os processos de colonização de territórios na virada século XX em diante, no Paraná, São Paulo e outros estados do sul do Brasil.

Na segunda metade do século XIX é quando se inicia uma nova etapa de colonização e povoamento do Norte do Paraná. Como já assinalado, este processo foi empreendido pela cafeicultura paulista *“a partir de 1862, efetuando-se as primeiras penetrações através dos cursos superior e médio do rio Itararé. Eram fazendeiros paulistas que, seguindo a marcha para Oeste do café, foram atraídos pelas manchas de terra-roxa da região”* (Müller, 1956, p. 98). São formados os primeiros núcleos Colônia Mineira (1862), hoje Siqueira Campos; Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Brás e São José da Boa Vista (1867) que balizaram a frente pioneira em direção Oeste, alcançando o rio das Cinzas, a partir de onde perde impulso e se enfraquece (MÜLLER, 1956).

Após a colonização do vale do rio Cinzas, *“as correntes de povoamento descobriram o planalto arenito-basáltico, cuja colonização se processou em duas fases: a mais antiga, que se desenvolveu nas três primeiras décadas deste século [XX], abrangendo a área compreendida entre o rio Itararé e o Tibagi”* (MÜLLER, 1956, p. 98), o que hoje se convencionou chamar de Norte Velho; *“e a mais recente, [a partir da década de trinta do século XX] de colonização dirigida, que, por iniciativa particular ou oficial, promoveu a ocupação do planalto do Tibagi às barrancas do rio Paraná”* (MÜLLER, 1956, p. 98), região a qual se convencionou denominar de Norte Novo, onde se situa a região de Porecatu, e o Norte Novíssimo, mais a oeste.

A colonização avançava rapidamente sobre as grandes extensões de terra-roxa. Entretanto, deixava na sua retaguarda extensas áreas recobertas de matas e sem ocupação, onde, por algum motivo, não era propícia e/ou não se consolidou a constituição de cafezais de imediato. Essas áreas ficaram como reserva para futuras especulações em momentos mais propícios para sua valorização, e se destinaram em maior parte ao mercado de terras de pequenas propriedades (MÜLLER, 1956). Cabe lembrar que as chacinhas de indígenas comentadas por Tommasino (1995) se circunscrevem no período e localização da chegada do empreendedorismo cafeeiro paulista no Norte do Paraná, em específico no Norte Velho.

A relativa morosidade com que os trilhos do ramal da ferrovia Sorocabana, partindo de Ourinhos, avançava a leste do Tibagi limitava o ritmo de avanço da colonização nesta área. Logo, ao passo que essa região seguia um ritmo menos acelerado, iniciava-se, de maneira impetuosa, a colonização a oeste do Tibagi por pioneiros vindos do norte (do Estado de São Paulo) atravessando o rio Paranapanema (MÜLLER, 1956). É nesta região e contexto que se constitui Porecatu. É a história da formação de um município em um território de fronteira agrícola relativamente recente, na expansão da frente cafeeira paulista (Ferreira, 1984) sobre a vertente sul do vale do rio Paranapanema, no centro do Norte Paranaense. Conforme Müller (2001⁴, p. 89).

Do ponto de vista econômico e paisagístico, o Norte do Paraná – criado pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista – tem pontos de contato com o Estado de São Paulo. Por outro lado, no que se refere aos traços fisiográficos, tem íntimas relações com o conjunto do Estado do Paraná, uma vez que reúne porções que fazem parte de regiões naturais que a ele pertencem. Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: é um capítulo da vida paulista, mas, em território paranaense.

Os processos aqui descritos podem, outrossim, ser compreendidos dentro de um processo de espacialização do capitalismo sobre territórios ainda não subordinados ou integrados ao mercado. Neste caso, é a agricultura capitalista paulista, pela cultura tropical do café, que realiza tal processo, no qual há a supressão do ecossistema (predominava a floresta estacional semidecidual, uma variação pertencente ao

⁴ Artigo publicado originalmente no Boletim Paulista de Geografia, n.22, p.55-97, março, 1956.

bioma Mata Atlântica) predecessor em toda a região norte do Estado do Paraná, e a substituição deste pelos agroecossistemas com predominância de monoculturas de produtos comerciais, voltados para a exportação. O avanço da fronteira aqui comentada se limitou ao norte do estado, principalmente por conta de suas características edafoclimáticas, tendo como o principal fator o fenômeno ambiental das geadas, cuja intensidade e frequência não inviabilizavam o desenvolvimento dos cafezais e sua rentabilidade (MÜLLER, 1956).

Bernardes (1953) comenta que, ainda que a região apresente temperaturas baixas, já ocorrem as duas estações anuais que caracterizam o regime pluviométrico essencial para culturas como a do café: verões chuvosos e invernos secos. Contudo, segundo a mesma autora, o que mais contribuiu para a valorização das terras do Norte do Paraná foi sua conhecida terra roxa. Esta região possui áreas contínuas deste tipo de solo, muito mais extensas do que as encontradas no Estado do São Paulo. “A terra roxa, de grande fertilidade, valorizou todo o Norte do Paraná e tem sido o chamariz para os milhares de indivíduos que para aí ocorrem desde o começo do século” (BERNARDES, 1953, p. 357). Pode-se, então, falar em uma interdependência de fatores geoeconômicos e ambientais para a valorização das terras e colonização do Norte Paranaense na forma como estas se deram. A seguinte sentença traz elementos relativos à interdependência à qual me refiro:

Subtropical, rica em madeiras de lei (...), o Norte do Paraná representa, na realidade, a extensão, ao sul do Paranapanema, das ricas terras cafeeiras do vizinho estado de São Paulo. (...) de relevo suave, livres em sua maior parte das geadas e seus efeitos prejudiciais, esta região constituía de fato uma grande reserva de terras virgens próprias para a lavoura cafeeira. Por outro lado, sua proximidade do Estado de São Paulo implicava em certas facilidades de transporte e mercado que ajudam a explicar o interesse havido na aplicação de grandes capitais para sua colonização e o êxito deste empreendimento, revelado pelo avanço rápido da frente pioneira (BERNARDES, 1953. p. 357).

Acerca da colonização do Estado do Paraná é pertinente acrescentar que, conforme Westphalen (1968, *apud* SONDA, 2010) – e complementando a descrição feita acima –, o Paraná foi colonizado a partir de três frentes: a Oeste – Sudoeste (gaúcha), a do Paraná tradicional (curitibana) e a Norte (paulista).

É importante salientar que o processo de expansão da fronteira agrícola pela colonização capitalista de novos territórios não ocorre com o avanço de um *front* contínuo. De modo contrário, ele se desenvolve conflitivamente, com a marca de grandes descontinuidades geográficas, paisagísticas, sociais, econômicas e temporais. É interessante notar que Bernardes (1953, p. 337), ao identificar a descontinuidade paisagística da frente pioneira, a define – a partir de uma perspectiva geográfica, no sentido em que Martins (2016) aponta. Outrossim, deixa nítida a impressão do *ethos* colonizador e seu mito, em versão científica.

Cabe aqui lembrar que a simples penetração de indivíduos isolados adiante das zonas regularmente povoadas não pode ser considerada como o avanço pioneiro. Na verdade, as áreas povoadas esparsamente por agricultores nômades desbravadores da floresta que poucas relações mantêm com a re-guarda, não são realmente zonas pioneiras. A existência de uma zona ou faixa pioneira pressupõe uma intensificação no povoamento e na ocupação agrícola de uma zona, uma aceleração da área [de floresta] derrubada, um afluxo regular de população proveniente de outras zonas mais velhas, a abertura de estradas, o aparecimento de vilas e cidades (BERNARDES, 1953, P337).

Trata-se da divisão clássica no pensamento sobre fronteira, apontada por Martins (2016). Só pode ser concebido como pioneiro aquilo que é parte da sociedade nacional propriamente capitalista, e que porta as suas formas econômicas, de habitação e significação do espaço e da vida. Os “agricultores nômades desbravadores da floresta”, precariamente incluídos nesse mesmo mundo, são, por sua temporalidade distinta, colocados como o Outro. Logo, não são pioneiros, embora tenham chegado primeiro.

Especificidades do caso de Porecatu

Como apontado anteriormente, há uma tessitura conjuntural, de acontecimentos e contingências para a ocorrência da realidade aqui tratada. No plano político e institucional mais geral, destacarei como parte desses fenômenos, agora de abrangência nacional e refletido regionalmente, a moralização da política agrária e fundiária do Estado do Paraná após a Revolução de 1930 e a consequente intervenção federal nos estados. Isto determina uma nova fase de colonização interna que

repercute nos territórios ainda não incorporados “racionalmente” pela economia nacional.

O fordismo periférico do projeto varguista (SILVA, 1998) tinha na questão agrária nacional um ponto fulcral. A estratégia de articular a incorporação subordinada do campo brasileiro ao projeto de nação do Estado Novo trazia muitos desafios em si, e suscitava outros tantos, no plano econômico e político, conforme era efetivada. Nesta, o campo precisava ser integrado e modernizado para contribuir e viabilizar um mercado interno, bem como garantir a produção de alimentos para este mercado, primeiro patamar (SILVA, 1998) para construção de uma economia nacional moderna.

Torna-se de suma importância estratégica, conforme o próprio Vargas, (*apud* SILVA, 1998) “*povoar racionalmente o País*”, ligando seus núcleos demográficos isolados, e, sobretudo, estimulando ocupação dos “espaços vazios” do País. Incentivava-se, então, a mobilidade da fronteira econômica para incorporar estas regiões ao processo produtivo, colonizando os sertões. Para tanto, e como tática, o governo passa a ventilar amplamente a ideologia bandeirante, cristalizada no ideário da Marcha para o Oeste (SILVA, 1998). Entretanto, e conforme o mesmo autor, “toda a ação colonizadora, povoadora ou mesmo de incentivo à produção buscada por Vargas vai chocar-se, muito rapidamente, com um ordenamento fundiário caótico, desigual e concentrador” (1998, p.3). Na política agrária implementada entre 1930 e 1945 estará o ponto limitante, mas também uma possibilidade de demonstração da capacidade de Vargas levar a cabo seus objetivos (SILVA, 1998).

No caso paranaense, tal política foi chefiada e concebida pelo interventor Manoel Ribas. Segundo Priori (2011, p. 32; 2012, p. 144), “Diversos decretos regulamentando a política de terras no Estado foram publicados nos anos imediatos à intervenção federal [no Estado do Paraná]. O mais importante deles foi o Decreto Estadual No. 800, de 08 de abril de 1931”.

De acordo com Priori (2011; 2012), esse decreto muda drasticamente o esquema delineado até então para se adquirir terras no Paraná. Nele, não era mais prevista concessão de terras devolutas a particulares. Referia-se a estes somente para o caso de revalidação de títulos, provisórios ou definitivos. Outro ponto importante é

a “ampliação no conceito de “concessionário”: ele deixa de ser aquele indivíduo ou empresa que recebe uma grande gleba de terra, com o objetivo de revendê-la para terceiros, e passa a ser “comprador de terras do Estado”, devolutas ou em lotes coloniais” (PRIORI, 2011, p. 32; 2012).

Priori (2011; 2012), com base em estudo mais detalhado dessa lei, da socióloga Ana Yara Lopes, aprofunda a análise da lei. Destaca que, nela, “comprador de terras devolutas” e “posseiro” se igualaram em condições. Qualquer um teria o direito de pleitear um lote de terra de até 200 hectares, com preço de no mínimo dezoito mil réis o hectare, com acréscimos, por hectare, conforme as características de valorização da área: localização, fertilidade, etc. O pleito se dava por um processo burocrático pré-definido, onde o comprador obteria o título definitivo do lote somente se comprovasse, no prazo de dois anos, a presença de “morada habitual e cultura efetiva” e efetivação do pagamento do preço integral da área requerida. Segundo este autor:

O Decreto Estadual No. 800, de 1931, era, de certa forma, resultado de uma transformação na política de concessão de terras a particulares e da reorganização do Departamento de Terras, que visava colocar o Estado como o principal agente da fiscalização, da colonização e dos negócios de terras. Mas foi, sobretudo, a partir de 1939, com a publicação da Portaria No. 8.568, que o Interventor Manuel Ribas, governador do Paraná, determina uma ação mais intensa do Estado no sentido de organizar uma nova fase de colonização de terras, chamando para si a responsabilidade de organizar diversos núcleos e colônias oficiais. (PRIORI, 2011, p. 33-34; 2012, p. 144-145).

A partir destas determinações são formadas colônias importantes em várias regiões de Estado; na região de Porecatu formam-se as colônias de Jaguapitã e Centenário.

Conforme propunha o próprio Manoel Ribas, eram necessárias essas medidas do Estado para limitar a especulação, a ação criminosa de negociantes, aproveitadores e, sobretudo, a grilagem. Para tanto, o Departamento de Terras passou por grande incremento, tornando-se o órgão mais importante de 1939 em diante. Embora o Estado tenha passado a centralizar em muito a colonização, duas empresas de colonização continuaram a operar sob contrato com este: a Companhia de Terra do Norte do Paraná e a empresa do Engenheiro Francisco Beltrão (PRIORI, 2011; 2012).

A política do Interventor visava alinhar o Paraná à política agrária de Getúlio Vargas, agora no bojo político e econômico da “Marcha para o Oeste” (FERREIRA, 1984; PRIORI, 2011, 2012). Buscava-se a intensificação e diversificação da produção agrícola, nos moldes da pequena propriedade tradicional, visando diminuir a dominância do latifúndio, povoando as zonas de fronteira agrícola e terras devolutas, através de processos dirigidos não violentos, criando uma camada de pequenos proprietários (PRIORI, 2011, 2012). Segundo o autor:

A política de Vargas para o campo expressava o “rompimento com o pensamento agrário-conservador” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 103). As exportações tradicionais de produtos agrícolas diminuíram consideravelmente, a partir do crash de 1929 e do fechamento dos mercados internacionais, o que levou o setor a uma retração, “perdendo capacidade de gerar renda (e divisas) e, conseqüentemente, sua ampla autonomia política, passando a ser objeto da intervenção do Estado” (LINHARES; SILVA, 1999, p.104). Enquanto as exportações despencavam, por falta de mercado, internamente havia uma crescente demanda por alimentos e matérias-primas (PRIORI, 2011, p. 36; 2012, p. 146).

Ferreira (1984) traz uma interpretação complementar à de Priori e de Silva, neste sentido. Segundo ela, a Marcha para o Oeste, anunciada em 1938 como grande meta do Estado Novo, tinha como um de seus objetivos reforçar a unidade da nação. Para tanto, o governo tinha de ter preponderância no processo de ocupação efetiva dos territórios brasileiros. Estes princípios norteadores seriam viabilizados e realizados incentivando a migração de populações das zonas com maior densidade populacional para as de “vazio demográfico”. A autora continua:

A prioridade seria a organização, pelo Estado, de colônias onde a pequena propriedade fosse predominante. A *Marcha para Oeste* constituía-se, portanto, num discurso bastante condizente com o Estado autoritário nacionalista que se delineava desde 1930: a postulação da unidade ou integração nacional como contraposição aos regionalismos; a colonização efetiva como forma de aliviar tensões nas zonas velhas e nas cidades; a colonização com populações nacionais para evitar a imigração, numa conjuntura internacional indefinida e com o risco de importar *ideologias exóticas*, o privilégio relativo da pequena propriedade, como forma de solapar sem enfrentamento direto os alicerces do latifúndio, com o surgimento de novos atores sociais — os pequenos proprietários rurais, uma nova classe média pretensamente desvinculada do domínio das oligarquias rurais e, ao mesmo tempo, insensíveis a ideias subversivas de esquerda (FERREIRA, 1984, p. 65-66).

No entanto, a política varguista acabou, efetivamente, sendo apenas acessória a processos espontâneos de ocupação de terra, ainda que, no discurso e na legalida-

de objetivasse a colonização oficial. Ademais, a dificuldade de administrar o antagonismo entre pequena propriedade e o latifúndio, junto à falta de recursos para financiamento dos projetos, limitaram os governos estaduais na efetivação da colonização oficial. Apesar das restrições, houve ampliações significativas na Centro-Oeste e de maneira menos expressiva na Amazônia (FERREIRA, 1984).

Isto posto, compreende-se uma espécie de sobreposição de processos políticos e econômicos que criaram condições para conflitos no campo. Basicamente, um processo histórico mais longo e espontâneo: o avanço do capital agrário paulista em suas várias etapas e configurações econômicas, desde o Vale do Paraíba, Oeste paulista, Sudoeste paulista e sua última etapa, Norte do Paraná (DEAN, 1996); e o projeto varguista de ocupação dos “espaços vazios”, mais dirigido pelo Estado, que, ao menos na região em questão, não teve sucesso em suas táticas de evitar os choques com o ordenamento agrário estabelecido. A isso, soma-se a queda de Getúlio Vargas e seus interventores, que no Paraná resultou na eleição do Moysés Lupion e em um giro de 180 graus na política de colonização. O que há de comum nestes processos é que são atravessados e dinamizados simbolicamente pela ideologia colonizadora, seja do pioneirismo, da “ocupação do racional” dos “espaços vazios”, da Marcha para o Oeste etc.

Pensando com Martins (2016), é possível identificar a especificidade e os conflitos de Porecatu como o choque entre agentes de uma expansão demográfica, fortalecida pela política de Vargas/Ribas, e o avanço da expansão econômica, tendo a frente pioneira como égide. Neste contexto, a temporalidade do campesinato, ainda em precária relação formal com a terra conforme as instituições modernas e capitalistas, começa e passa a ter cada vez mais imposta sobre si a necessidade de se colocarem em relação com a terra segundo estas mediações mercadológicas, legais etc. Nesta transição, a mediação do capital – do pioneiro paulista – é violenta enquanto se impõe e se estabelece definitivamente, com o “fechamento da fronteira”. Passado esse período, onde a violência é mais cruenta e generalizada, a reprodução do que se estabelece passa e se opera, também e com mais preponderância, em outros campos. Por exemplo, pelo uso das instituições que se estabelecem e pelo uso dessas na produção e na manutenção de discursos e narrativas “oficiais”.

Para o Norte paranaense, as narrativas dominantes e oficiais acerca da sua colonização têm como essência a mitologia do pioneirismo e invisibilizam o seu Outro, sejam eles indígenas, caboclos ou camponeses. Em Porecatu, tal mitologia, mediada por um discurso de subserviência, se cristaliza numa espécie de figura carismática, a família Lunardelli, cujos membros são colocados como demiurgos para a existência de Porecatu.

É válido refletir sobre tais questões colocando-as, ainda, em termos demográficos, onde se revela ainda mais mitológica tal narrativa. Entre as pessoas entrevistadas que migraram para Porecatu logo na sua origem, temos representantes da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Também foi frequente a menção aos caminhões de “nortistas” trazidos frequentemente, para trabalhar nos serviços duros. Como lembra um entrevistado, “*todo ano aqui em Porecatu vinha os caminhão. Trazia cheio de nortista. Tudo [todo mundo] queria vir. Sortava aqui [diz ele, fazendo um gesto amplo com a mão]*” (Entrevistado 1).

Sobre tais práticas, outro entrevistado oferece mais detalhes. Ele chegou à região de Porecatu em 1946, vindo da região de Montes Claros/MG. Trabalhou durante a primeira safra da UCP como cortador de cana. Trabalhou durante 60 anos na usina, principalmente no setor de transporte, onde chegou aos cargos de chefia e se aposentou. Ele narra:

Quando chegava a safra, eu trabalhava no transporte, eu que fazia a distribuição do povo. Eu soltava caminhão desse Paraná tudo. Buscando gente, pra cortar cana. Naquele tempo de pau-de-arara. Não sei se ocê ouviu fala. Pau-de-arara, nós pegava aquele povo nortista. Fazia, cobria o carro em cima com uma lona, e ia lá pro norte e vinha aqui cheio de gente pra poder cortar cana. Aquele povo. Buscava gente no Pernambuco, na Bahia, vários lugares de Minas, Sergipe, Alagoas. Buscava gente pra todo esses estados. Pra cada lugar desses, eles mandava um agenciador.[...] Agenciador era o próprio administrador da fazenda. Ele que ia, e chegava lá, ajustava o povo, enchia o caminhão e vinha embora pra cá (Entrevistado 2).

Embora a migração fosse regulada pelo trabalho sazonal da colheita nas grandes fazendas, muitos desses trabalhadores permaneciam definitivamente na região. Algumas migrações, como esta aqui mencionada, ocorreram sob gestão desse capital, por uma demanda de trabalho para a viabilidade de sua reprodução. Trata-se de mais um exemplo de como esse capital – pioneiro ou não – necessita do Outro para sua reprodução, mesmo que invisibilizando-o e/ou destruindo-o.

Outra dimensão desse mesmo processo – do choque entre temporalidades e as relações (de poder, trabalho, etc.) – está presente na fala a seguir. A entrevistada nasceu em Porecatu em 1948 e é filha de uma das primeiras famílias a chegar no município. No entanto, saiu de Porecatu ainda antes de completar a maioridade, para concluir seus estudos. Entre idas e vindas, ficou 42 anos fora da cidade, tendo retornado em 2009. Na seguinte fala, narra memórias importantes para se pensar o processo da fronteira sob um olhar ambiental, por uma percepção *de dentro* destes processos:

Mas aqui era muito mato, muito, o clima daqui era um clima muito frio. Isso aqui, o [tempo de] frio, [era] o frio. O [tempo de] calor, [era] o calor. A meia estação... [a mesma coisa]. Hoje em dia não tem mais. É outro clima. Você tá falando de coisas rurais, coisas assim. A devastação aqui foi muito grande. Tanto que, eu fiquei fora, uns tempos. Eu fiquei acho que dois? Dois anos sem vir. Sem vir, porque realmente na época a gente não tinha como. Não se podia ir e vir. Não se ia e vinha. Não se tinha muita ligação de telefone porque não existia tudo isso. Era só central de telefone. E eu cheguei aqui, quando eu descii aqui na coisa, eu não sabia aonde eu tava! Eu não sabia onde eu tava! Tão grande foi a devastação. Rápido. Porque veio a usina. Como se fosse assim, BUM! Casa, casa, desmata, derruba, derruba, cafezal, casa, casa, casa, vila, vila, que não acabava mais. E eu sentei, e eu não sabia onde eu tava. Sorte que uma pessoa conhecida [falou] “ô, fulana!”. Eu só chorava [e se perguntava] “será que é mesmo? Eu estou em Porecatu?”. Eu não reconhecia a entrada. De tanto que foi assim um BUM. Eu me lembro da inauguração dessa usina. Me lembro de tudo. Mas a transformação ambiental daqui... Hoje em dia, eu digo, o que era antigamente, na minha época da menina, de jovem e adolescente, era esplendoroso, o clima. Hoje em dia não temos mais um clima. Não temos. Um dia faz sol, outro dia faz calor, outro dia você não aguenta! Queimadas imensas. Olha, anteontem nós achávamos: “nossa, vai chover!” Formou um negócio preto desse lado [apontando para o céu]. Aí essa daqui [apontando para a irmã] falou: “isso não é chuva”. Nuvem, como se fosse uma coisa imensa assim, como se fosse uma bomba de Hiroshima, preta. Queimada. Dali a pouco o ar fica irrespirável. Você sente como se tivesse numa estufa. Numa estufa! O... e aí, quando a gente percebeu, do lado de cá, também. As duas. Você fica num, porque a cidade, se você olhar de cima, se tiver oportunidade de olhar, ela fica numa baixada. A primeira usina foi construída assim. A outra já fica mais no alto. Então, isso aqui vira uma estufa. O que eu digo, hoje mesmo eu recebi um comunicado que mais uma pessoa tá com câncer. Tem uma incidência de câncer nessa cidade! Que eu como enfermeira não consigo entender. Eu não consigo entender. A incidência de câncer aqui é muito grande! É muuuuito grande! Ninguém te falou? Mas eu falo. É uma cidade muito pequena pra incidência de câncer que tem aqui... É muito grande, rapaz. [...] O ar, o ar realmente, com as queimadas é [muito ruim], se não tiver ventando. Eles começam por fogo e fica irrespirável. E com poeira da terra, e em seguida o cisco preto da queimada. Que que isso causa no meio ambiente? Você passa a mão, naquele cisco, se você passa a mão assim, você vai sentir que é uma coisa oleosa. Ele é pegajoso. Um calor, uma coisa... Você se sente, você sente um cansaço... Vai te dando um cansaço físico. Então, a gente sente que é o ar (Entrevistada 1).

A partir de uma memória afetiva, a entrevistada narra sua percepção das transformações ambientais de seu lugar de origem. Este foi um dos momentos mais significativos de sua narrativa. Ela entrou neste assunto espontaneamente, demonstrando grande carga emocional, especialmente a narrar seu retorno a Porecatu depois de dois anos em São Paulo. Ela voltou à mesma localidade de onde saíra. A mesma casa, porém, estava desterritorializada. Referências territoriais de sua identidade foram drasticamente alteradas. Sua angústia vem de não se identificar mais com aquilo que deveria ser a sua casa. Sua memória provavelmente seria outra, caso tivesse acompanhado estas mudanças morando no lugar. É interessante, na análise desta trajetória narrada, constatar que uma moradora nascida em Porecatu e tendo a lacuna de dois anos fora, durante uma época de intensa modificação socioecossistêmica, teve a possibilidade de chocar-se instantaneamente com toda dimensão e dramaticidade das mudanças. Narra, como continuidade, a insalubridade da vida que se torna uma característica do lugar, a partir de então. Alteram-se as relações socioecossistêmicas, altera-se a paisagem e os modos de vida e habitação neste.

Todas as entrevistas do presente trabalho foram realizadas com trabalhadoras e trabalhadores da frente pioneira em Porecatu. Como trabalhadores que são, em vários momentos o fio condutor da sua narrativa e que baliza suas histórias de vida é o trabalho. O seguinte trecho auxilia a conceber uma imagem da paisagem originária e, conjuntamente e pela perspectiva do trabalho, compreender parte do processo de modificação apontado.

Entrevistado 3: E nós foi formador de café [ela e sua família, ao chegar em Porecatu]. E não tem mais [formador], né.

O fazendeiro comprava a fazenda. Em vez dele derrubar, mandava o pai dela, pegava quatro, cinco alqueire, derrubava e plantava café. [supondo] Eu ia lá, pegava quatro, cinco, derrubava e plantava café. O outro ia. Por quatro ano, ou seis anos. Uns pegava por quatro.

Entrevistada 2: ele é dono daquilo por seis ano, sabe! É, tudo que produz ali, é da gente. Tudo é da gente. Durante 6 ano.

Entrevistado 3: é, ela pegou por seis, outros pegava por quatro. [e depois] entregava. Entrega e não tem nada. Mas, seis anos, desfruta seis anos [neste momento se expressa de modo a ponderar alguma vantagem, para o trabalhador, nesta modalidade de exploração do trabalho]. Desfruta a café, porque o café, com três anos, ele já produz.

Entrevistada 2: só que, a gente, pensar bem, aquele mato todo ser tudo derubado na mão...

Entrevistado 3: tudo no machado! Não tinha motosserra.

Entrevistada 2: machado e foice. Primeiro eles vai com a foice e roça tudo pra depois ir e derrubar as árvores grandes. E, então, é difícil, meu Deus! Quando eu era pequena (risos) ah! Eu achava difícil!

Entrevistado 3: as árvores eram monstruosas! Não... de um metro e meio de grossura.

Entrevistada 2: você conhece figueira? A figueira tem aquelas raízes grandonas, e quando derruba fica assim, deitada a árvore. E a gente escondia de chuva ali debaixo da raiz (risos).

Entrevistado 3: É, mais é grande. Tinha peroba de dois metro de grossura. Sem mentira. Eu conheci aqui, dois metro o toco dela em pé. E vendia, madeira barato. Era queimado tudo. [...] punha pra queimar. Tirava [colhia, a-proveitava], mas a maioria era tudo queimado. Fazer o que com aquilo? Aqui a serraria. Olha, Lupinópolis e Centenário tinha acho que umas oito serrarias cada um. Aqui em Porecatu, a gente tinha a da usina aí, que era grande.

Registra-se uma relação entre as formas de exploração do trabalho na frente cafeeira paulista, entendida como fronteira, e o modo de expansão desta. Isto foi amplamente debatido por José de Souza Martins (1981; 2016) e explorado em detalhe por Ferreira (1984) especificamente em Porecatu.

Os grandes fazendeiros, seja pela compra ou pela grilagem – as duas formas de aquisição ocorrem em condições privilegiadas econômica e politicamente, com a anuência do Estado –, tomavam posse das terras ainda cobertas pela floresta. Estabeleciam contratos abusivos com trabalhadores, que como *formadores*, realizavam a valorização daquelas terras, trabalhando, como dito, durante quatro ou seis anos nelas. Derrubando a mata, abrindo caminhos, carreiros e estradas, transpondo obstáculos, construindo as primeiras benfeitorias, as roças e, sobretudo, plantando os cafezais. Por vezes, eles se endividavam com os donos da terra, pois necessitavam de implementos – para realizar a conversão das matas em terras agrícolas para os próprios donos – pelos quais deviam pagar ao fim do contrato. Muitas vezes entregavam as terras e ainda ficavam em dívida com os proprietários.

De acordo com o estudo de Ferreira (1984), que analisa a economia de Porecatu entre 1940 e 1952, os gastos com bens de capital e insumos nas grandes fazendas e sítios eram insignificantes. Conforme a autora:

Os dados sobre dispêndios de capital nas fazendas e sítios de Porecatu demonstram que se estruturou, na região, uma agricultura *primitiva*, com uma baixa composição orgânica do capital, onde se aproveitava a fertilidade natural das terras novas e se adotavam relações de trabalho que transfe-

rissem parte do custeio da atividade agrícola para os próprios trabalhadores (FERREIRA, 1984, 117).

A autora analisou os processos cíveis e criminais para o período estudado e constatou que, nestes, 73,7% eram empreiteiros formadores, também chamados apenas de *formadores*. Isto considerando apenas os litigantes principais dos processos, sem considerar os trabalhadores da família não remunerados. Este dado reforça a característica da região como de fronteira e ajuda a explicar a baixa capacidade de inversão do capital nas grandes fazendas de Porecatu (FERREIRA, 1984).

Martins (2016), ao dissecar o processo de escravidão na *peonagem*, afirma que

o que a peonagem tem promovido na frente pioneira, desde pelo menos a expansão dos cafezais brasileiros para o oeste de São Paulo, no século XIX, é a produção de fazendas e não, fundamentalmente, a produção de mercadorias, nas fazendas, para o mercado de consumo; isto é, a peonagem tem produzido, sobretudo nos casos recentes, os meios de produção a serem utilizados pelo capitalista na produção de mercadorias (p.82-83).

Para expor sua essência e historicizá-la, refere-se a um processo de trabalho idêntico ao do formador, mas com ocorrência ainda no período da escravidão negra. Neste usava-se trabalhadores livres, ao invés de escravos, na formação das fazendas de café, onde trabalhavam pelo simples direito de cultivar a terra. Desta forma, os fazendeiros reduziam os dispêndios financeiros na etapa de formação do empreendimento produtivo, pois os escravos eram um investimento elevado. Por conseguinte, os mesmos fazendeiros podiam investir já no próprio empreendimento constituído, por exemplo, comprando escravos. Ainda conforme Martins (2016), esta característica perdura nas frentes pioneiras e na peonagem atual.

A seguinte fala, nos ajuda a continuar caracterizando o contexto a partir da experiência dos próprios trabalhadores, e detalha, *de dentro*, a natureza das relações de trabalho na fronteira.

Tirava toco, muitas vezes com enxadão. [...] plantava até quando tava sujo. Plantava! Exatamente. Café também. Muitas vezes vinha plantando café e tinha que desviar do toco, né, porque era tudo peroba, na mão, era machado. Ninguém conhecia motosserra. Motosserra acho que não tem 50 anos? Na época era tudo no machado. Foice e machado. Derrubava mato. [Supondo] Tá, chega lá, vai uma turma roçando, embaixo, né, roçando, vê onde vai cair a árvore, tudo direitinho. E aí pegava, dois, um aqui, um desse lado e outro de outro, né [para derrubar a árvore com os machados]. Então tinha até os cara que tinha mais valor, que tem uns cara, que a maioria das pessoas corta assim, [apenas] de um lado. Eu, por exemplo, corto assim. Do outro lado eu

não corto nada. E tinha cara que cortava tanto assim, como cortava assim [repete os gestos com as duas mãos, nas duas direções]. Esses cara ganhava dinheiro. Eles ganhavam por metro. Metragem. Esses cara ganhava um dinheirão. Rendia. E outra coisa, o patrão via você trabalhar, que que acontece? Pra você sempre vinha mais, pro outro vinha menos. Pagava a produção, né. Por produção. (Entrevistado 4).

Esses relatos, das condições em que se constituíam as fazendas comerciais em Porecatu no seu tempo de fronteira, foram recorrentes. Dizem muito da penosidade, precariedade e relações espoliadoras do trabalho, bem como do baixo nível técnico em todas as atividades agrícolas e de formação de empreendimentos agrícolas.

São estes os processos e relações dominantes na constituição do município e do território mais amplo no qual se localiza. Adiante é abordada a contraface política dos mesmos, a partir dos conceitos de mandonismo e poder local, para, em seguida, pensa-las do ponto de vista narrativo.

A gênese de um município: território, poder local e narrativa

Queiroz (1969) discute as recomposições do mandonismo local a partir da colonização do oeste paulista e a ascensão da classe dos grandes cafeicultores paulistas nesta região. Como já demonstrado, no aspecto econômico (cafeicultura capitalista paulista), o norte paranaense no século XX se constitui como a última etapa de colonização. A autora, então, ilustra a dinâmica de formação dos municípios conforme o povoamento, o surgimento de uma economia (no caso, a do café), que são acompanhados pela ascensão local de um poder econômico, simbólico e coercitivo. Apon-tando, ainda, as raízes históricas do processo de povoamentos de novas regiões, a autora apresenta dois elementos que se complementam: estradas de ferro e a criação dos novos municípios. O segundo se dá com base na descoberta do algum recurso ou pela extensão de lavouras, entretanto o que mais determinava seu destacamento de um município maior e conseqüente elevação de outras zonas à categoria de município é o povoamento de seus territórios. Ainda segundo Queiroz:

...a divisão provincial, durante a Colônia, tivera mais ou menos a mesma base, e depois se conservou praticamente a mesma. [...] Também agora, na nova zona paulista, com o desbravamento de parte da região, que nos ma-

pas aparecia como “região ainda inexplorada”, - desbravamento determinado pelo café, - multiplicaram-se os municípios (1969).

Posteriormente, este processo segue uma dinâmica de fragmentação dos poderes locais descrita por Palmeira (1996), a partir de Daniel Gross (1973) que abordou o tema das lutas faccionais na política local brasileira, demonstrando que “o exclusivismo de mando de um chefe político corresponde ao momento de um ciclo”. Neste, após a formação da municipalidade, o ‘fundador’ permanece a figura de maior poder, até que comecem a ser formados distritos e suas respectivas lideranças iniciem oposição. Com o acirramento das disputas, novos municípios são criados, o que gera tempo de tranquilidade, até que recomece o ciclo de disputa e divisão (PALMEIRA, 1996, p. 42).

O próprio processo de municipalização de Porecatu pode ser compreendido nos marcos teóricos aqui expostos. O processo em si é parte de um empreendimento dos Lunardelli, e consiste em mais uma etapa no estabelecimento destes como os *mandões locais* (QUEIROZ, 1969). De acordo com Ferreira (1984, p.105),

...o lugarejo Brasília já é alçado à categoria de patrimônio do município de Sertanópolis, com a denominação de Porecatu, em 1943. A criação do patrimônio não foi resultado somente de sua própria expansão populacional mas também da influência dos Lunardelli, interessados em alcançar rapidamente a autonomia administrativa da região, o que de fato logo ocorreu, em 1947, quando Porecatu foi elevado à categoria de município, sendo alçado à comarca já no ano seguinte.

A dinâmica de fragmentação dos territórios de fronteira recente em novos municípios, mediante o surgimento dos poderes locais, consiste num movimento do poder próprio, para adquirir os instrumentos jurídicos e políticos operáveis numa autonomia local, para manutenção e reprodução social desse poder. Assim, à medida que os distritos se emancipam, elevam-se à categoria de municípios e compõem seus próprios contextos locais, ou municipais. Obviamente, estes municípios estão relacionados em um contexto regional mais amplo e existem fluxos, disputas, sobreposições e interconexões entre estes poderes locais.

Na investigação da realidade estudada, nos deparamos com variadas formas de manifestação desse poder local, que se articulam em muitas dimensões da vida. O poder da família Lunardelli (por vezes representado pela Usina Central do Para-

ná), tem reconhecimento unânime em todas as ocasiões narrativas em que é mencionado. Todavia, este se encontra representado de maneiras distintas. Ora como “pai e mãe de Porecatu”, “Deus no céu, Usina Central na terra”, “uma potência!”, ora como “grileiros”, “arrogantes”, “exploradores” e cercados de “capangas” e “jagunços”.

Considerações finais

A caracterização sócio-histórica do território em questão – através do quadro analítico aqui formulado – revela descontinuidades e fragmentações que se imprimem na geografia do próprio território e nas narrativas que emanam acerca deste e neste.

A espacialização de fronteira agrícola no Norte Paranaense, sob domínio dos empresários e grandes fazendeiros da frente cafeeira paulista, se processa conflitivamente, operando modificações das paisagens sócio-históricas, ressignificando e alterando as mediações; ao passo que põe em contato as alteridades e temporalidades – constituintes do território. Logicamente, fica exposta a dimensão política deste nexos, que irá constituir as narrativas – fragmentadas – nas quais se tecem uma gama de discursos, postos em prática para produzir e acionar distintas – por vezes, conflitantes – vinculações políticas.

Este quadro analítico, que pode ser utilizado para a realidade brasileira de maneira geral, emerge da investigação e análise do caso de Porecatu, devido às suas especificidades – geográficas e políticas – que propiciaram um maior enraizamento e vinculação a uma memória social mais ampla e pública. Deste modo, o caso aqui estudado e suas derivações analíticas podem ser profícuos e explicativos da nossa realidade atual, podendo também subsidiar estudos voltados a realidades contemporâneas, ou que procurem entendê-las a partir de seu passado.

Referências

FELISMINO, Pedro P. Série de reportagens sobre o conflito armado em Porecatu, de 14 a 28 de julho. **Acervo do CDPH/UEL**. Acesso em 10 de abril de 2016.

FERREIRA, Angela D. D. **Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná** – região de Porecatu 1940-1952. Dissertação. Setor de ciências humanas, letras e artes/UFPR. Curitiba, 1984.

BERNARDES, Lísia M. C. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XV, jul./set., n.3, 1953.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **O cativo da terra**. 2ª edição. Livraria editora ciências humanas – LECH/USP. São Paulo, 1981.

MÜLLER, Nice L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. Reedição. **Geografia, Londrina**, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001. Artigo original no Boletim Paulista de Geografia, n. 22, p. 55-97, março, 1956.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. **Antropologia, voto e representação política**. Moacir Palmeira; Marcio Goldman (Orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PORECATU. **História**. Disponível em: <http://www.porecatu.pr.gov.br/historia/>. Acesso em 12 de maio de 2015.

PRIORI, Angelo A. **O levante dos posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo**. Maringá: Eduem, 2011.

_____. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **Seaculum – Revista de História** [26]. João Pessoa, jan./jun. 2012. p.133.

QUEIROZ, Maria I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira** (Da Colônia à Primeira República). Instituto de Estudos Brasileiros/USP. São Paulo, 1969.

SILVA, Francisco Carlos. **Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível**. Diálogos, DGI/UEM, 02. Maringá, 1998.

SONDA, Cláudia. Reforma agrária, desmatamento e conservação da biodiversidade no estado do paraná. **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**./ Claudia Sonda (Org.), Silvia Cristina Trauczynski (Org.). Curitiba: ITCG, 2010.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. Tese de doutoramento, FFLCH/USP. 1995.

Recebido em 20 mar. 2019;
aceito em 03 mai. 2019.